



CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
ESTADO DE MINAS GERAIS

**ATA DA VIGÉSIMA REUNIÃO DO PRIMEIRO PERÍODO DA
SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DO ANO DE DOIS MIL E
VINTE E QUATRO DA CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS,
ESTADO DE MINAS GERAIS**

Às dezoito horas do dia dez do mês de junho do ano de dois mil e vinte e quatro, comparecem à Sala das Reuniões os vereadores Welbemar Alves Xavier, Presidente, José Joaquim Pinto (Barroso), Vice-Presidente, Marcos Túlio da Silva, Secretário, Cristiane Dias de Oliveira Rodrigues, Elmar Fernandes de Resende, Janicleide Alves da Silva, José Helvécio Fernandes de Rezende, Lindomar José dos Reis e Rafael de Almeida Jacó. **PEQUENO EXPEDIENTE.** Havendo número regimental, o Presidente, em nome de Deus e do Povo de Indianópolis, declara abertos os trabalhos, oportunidade em que solicita ao Secretário que proceda à leitura da ordem do dia e da ata da décima nona reunião do primeiro período da sessão legislativa ordinária do ano de dois mil e vinte e quatro, que, discutida e votada, é aprovada por unanimidade, sem alterações. Em seguida, são lidas as correspondências recebidas. Neste momento, é colocado em discussão parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, apresentado na última reunião ordinária, que conclui pela constitucionalidade e admissibilidade do Projeto de Lei n.º 244, de 2024, de autoria do Prefeito Municipal, que autoriza a aquisição de imóvel rural que menciona para fins de extração de jazida de cascalho, e dá outras providências. Com a palavra, o vereador Marco Túlio explica que o parecer foi lido na última reunião e, por isso, pode ser dispensada nova leitura da proposição. O vereador Rafael, relator do parecer, diz que, na última reunião, retirou o parecer de pauta para esclarecer dúvida sobre o projeto. Relata que ele e o Líder do Prefeito conversaram com o Secretário Municipal de Administração e Finanças, Adailton Amaro, e falou há pouco com o assessor jurídico da Prefeitura,



CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
ESTADO DE MINAS GERAIS

Ata da reunião ordinária do 10/6/2024

Marcos André, e alega que, com base nessas conversas, decidiu manter o parecer apresentado na última reunião, com a recomendação de que seja feita licitação para comprar o terreno. Afirma que surgiram dúvidas também quanto à área do imóvel a ser adquirido. Explica que se o imóvel mencionado no projeto for vencedor da licitação o pagamento da compra do terreno será pela via judicial. Pontua que a Prefeitura só irá pagar a área que a justiça autorizar a venda. De posse da palavra, o Líder do Prefeito, vereador Barroso, diz que conversou com o Adailton Amaro duas vezes sobre o projeto e afirma que, mesmo que o projeto autorize o Município adquirir área de cerca de quatorze hectares, a Prefeitura somente pagará os dez e poucos hectares autorizados pelo juiz. Em ato contínuo, o Presidente distribui o Projeto de Lei n.º 244, de 2024, às Comissões de Finanças e Controle e de Serviços Públicos para parecer, em separado. O Presidente pede aos Presidentes das Comissões que, se possível, designem de imediato os relatores. O Presidente da Comissão de Finanças e Controle, vereador Lindomar Reis, avoca para si a relatoria do Projeto de Lei n.º 244, de 2024, e a Presidente da Comissão de Serviços Públicos, vereadora Janicleide, designa o vereador Marcos Túlio relator do projeto. Em seguida, a vereadora Cristiane Dias apresenta a Indicação n.º 91, de 2024, pela qual solicita ao Prefeito Municipal a extensão da rede de energia elétrica e iluminação pública nas Ruas Joaquim Amaro Primo, após o cruzamento com a Rua Irineu Alves Rabelo, e Enedina Maria de Jesus. Colocada em discussão, a vereadora Cristiane Dias diz que foi procurada por proprietários de imóveis que se localizam nas vias citadas e que desejam construir, mas nessas ruas não têm energia elétrica e iluminação. Defende que a Prefeitura providencie a infraestrutura solicitada para que os proprietários possam usufruir dos seus lotes. Votada, em votação simbólica, é aprovada por unanimidade. Logo



CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
ESTADO DE MINAS GERAIS

Ata da reunião ordinária do 10/6/2024

depois, é apresentada a Indicação n.º 92, de 2024, de autoria do vereador Welbemar Xavier, mediante a qual solicita ao Prefeito Municipal a criação, na cidade, de casa abrigo para pessoas idosas. De posse da palavra, o autor justifica que quando se começa com um programa surgem novas demandas. Assegura que seu pedido é para fazer justiça às pessoas idosas que precisam ser acolhidas em abrigos. Esclarece que os idosos da cidade são atualmente acolhidos em outras cidades e que esse afastamento dos familiares e de pessoas amigas pode causar mais tristeza e angústia a essas pessoas. Defende que os idosos sejam acolhidos mais próximos de seus familiares e amigos, para lhes dar mais conforto na fase final da vida. Reconhece que o fato de ficarem longe da família gera angústia, mesmo que haja médicos e enfermeiros cuidando deles. Votada, em votação simbólica, é a Indicação n.º 92, de 2024, aprovada por unanimidade. Também de autoria do vereador Welbemar Xavier, é apresentada a Indicação n.º 93, de 2024, por meio da qual solicita ao Prefeito Municipal as providências cabíveis para anular a escritura pública lavrada pelo Cartório de Registro Civil com Atribuição em Notas de Indianópolis-MG, em 11 de janeiro de 2024, Livro n.º 103-N, fls. 46, pela qual o Município doou terreno urbano a Nilza Aparecida Quista da Silva e ao seu esposo Roberto Pereira da Silva, para fins de regularização fundiária. Colocada em discussão, o autor pede aos colegas para também assinarem a indicação e admite que a Câmara precisa reparar erro cometido no passado. Reconhece que houve falhas quanto à autorização de doação do terreno e afirma que não gosta que projeto de lei tramite sob regime de urgência especial, sobretudo projeto que trata de doação de terreno. Pondera que apesar de o senhor Mauro Baiano ter falecido é preciso rever essa doação porque o erro persiste e há famílias que precisam de moradia, como são os casos das famílias da Marilac e dona Cida, que não têm casa e



CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
ESTADO DE MINAS GERAIS

Ata da reunião ordinária do 10/6/2024

moram de favor de terceiros e em condições inadequadas. Diz que procurou autoridades e o Ministério Público para tratar da doação do imóvel do senhor Mauro Baiano e todas as autoridades consultadas orientaram que primeiro deve se buscar corrigir o problema no âmbito da Câmara para depois tomar outras providências. Conta que procurou o Prefeito Municipal para falar do assunto e diz acreditar que o Prefeito também tem vontade de reparar o erro. Afirma que entregou aos vereadores cópia do documento pelo qual o senhor Mauro Baiano doou o imóvel e chama a atenção para o fato de o documento não se achar assinado pelo senhor Mauro Baiano, que era analfabeto, e nem por testemunhas. O vereador pergunta se o senhor Mauro Baiano de fato sabia o teor do documento no qual colocou suas digitais. Relata que visitou o senhor Mauro Baiano na casa abrigo, em Araguari, juntamente com outras pessoas, e que na ocasião ele dizia a todo momento que queriam tomar a casa dele, sem citar quem desejava fazer isso. Expõe que procurou o Osvando, na Prefeitura, para questionar como se deu o processo de doação da casa do senhor Mauro Baiano e que ficou espantado com a resposta que ele lhe deu. Conta que o Osvando lhe informou que o senhor Mauro Baiano foi até a Prefeitura e que queria doar sua casa para não a perder, já que queriam tomá-la dele. Avalia que essa manifestação do senhor Mauro Baiano revela que a verdadeira vontade dele era a de proteger o imóvel e não a de doá-lo. Diz que o vereador que quiser assinar a indicação está à disposição. Votada, em votação simbólica, é a Indicação n.º 93, de 2024, aprovada por unanimidade. Logo em seguida, é apresentado o Projeto de Lei n.º 245, de 2024, de autoria do Prefeito Municipal, que autoriza o Poder Executivo Municipal a regularizar a posse de terceiros em imóveis de propriedade do Município de Indianópolis-MG, localizados na zona urbana. O Presidente distribui o Projeto de Lei n.º 245, de 2024, à Comissão de



CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
ESTADO DE MINAS GERAIS

Ata da reunião ordinária do 10/6/2024

Legislação, Justiça e Redação, para parecer, e pede ao Presidente da Comissão que designe o relator. Recomenda que o vereador que ficar de relator do projeto gaste um pouco mais de tempo na análise do projeto e que examine bem para quem serão doados os terrenos a fim de evitar que a Câmara cometa outro erro. O Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, vereador José Helvécio, avoca para si a relatoria do projeto. **GRANDE EXPEDIENTE.** O vereador Rafael Jacó se inscreve para fazer uso da palavra e de posse desta agradece à Secretária Municipal de Cultura, ao Secretário Municipal de Trânsito e Transportes e ao Prefeito Municipal que atenderam ao seu pedido e do pessoal que gosta de cavalhada e cederem ônibus e caminhão para transportar pessoas e animais até a Cidade de Nova Ponte para participarem de cavalhada. O Presidente parabeniza a equipe local de futebol que, no último domingo, merecidamente venceu com raça e técnica e deu um show de bola. Destaca que a equipe iniciou bem campeonato. Cumprida a finalidade da reunião e não havendo mais nada a se tratar, o Presidente agradece a presença de todos e convoca os vereadores e as vereadoras para a vigésima primeira reunião do primeiro período da sessão legislativa ordinária de dois mil e vinte e quatro a se realizar no próximo dia dezessete do mês de junho, no horário regimental, determina a lavratura desta ata e encerra os trabalhos. Sala das Reuniões, 10 de junho de 2024.


WELBEMAR ALVES XAVIER
Presidente


MARCOS TÚLIO DA SILVA
Secretário



CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
ESTADO DE MINAS GERAIS